

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS E MINISTÉRIO DA SAÚDE

Despacho n.º 26 201/2006

1 — Nos termos e ao abrigo do disposto no n.º 4 do artigo 22.º e no n.º 2 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 212/2006, de 27 de Outubro, que aprovou a Lei Orgânica do Ministério da Saúde, nos n.ºs 3 e 4 do artigo 19.º e no n.º 1 do artigo 20.º da Lei n.º 3/2004, de 15 de Janeiro, na redacção da Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, é nomeado, em comissão de serviço, para exercer as funções de vice-presidente do conselho directivo da Administração Regional de Saúde do Centro, I. P., o licenciado João Pedro Travassos de Carvalho Pimentel, cujos perfil e aptidão para o desempenho do cargo são evidenciados na sinopse curricular que se anexa ao presente despacho, dele fazendo parte integrante.

2 — Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 31.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Agosto, na redacção da Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, o nomeado é autorizado a optar pelo vencimento que auferir no lugar de origem, correspondente à categoria chefe de serviço da carreira médica de saúde pública.

3 — O presente despacho produz efeitos a partir de 6 de Novembro de 2006.

30 de Novembro de 2006. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*. — O Ministro da Saúde, *António Fernando Correia de Campos*.

Sinopse curricular

João Pedro Travassos de Carvalho Pimentel, nascido na freguesia e concelho de Arganil em 21 de Junho de 1957. Casado, pai de duas filhas.

Licenciado em Medicina pela Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra, tendo concluído o curso em 24 de Outubro de 1981. Inscrito na Ordem dos Médicos com o n.º 25506.

Especialista em saúde pública desde 9 de Maio de 1989, pertencendo ao Colégio da Especialidade de Saúde Pública da Ordem dos Médicos desde 26 de Novembro de 1993.

Autoridade sanitária efectiva do concelho de Penalva do Castelo desde 20 de Junho de 1990 e até 15 de Abril de 1993, altura em que é transferido para o Centro de Saúde de Carregal do Sal, onde exerceu as mesmas funções, tendo sido nomeado delegado de saúde concelhio em 1 de Agosto de 1994.

Exerceu também as funções de autoridade de saúde substituta do distrito de Viseu, com nomeação em 13 de Setembro de 1992.

Foi coordenador concelhio das equipas de vacinação, saúde escolar, desabitação tabágica e prevenção e luta contra a tuberculose no Centro de Saúde de Carregal do Sal.

Obteve o grau de consultor da carreira médica de saúde pública em 22 de Julho de 1996, tendo sido nomeado chefe de serviço da carreira médica de saúde pública no Centro de Saúde da Lousã, em 22 de Maio de 2005, na sequência de concurso de provimento.

Participou em júris de concurso da carreira médica de saúde pública e foi orientador de um interno do internato complementar de saúde pública.

Em 10 de Janeiro de 1994, foi nomeado director do Centro de Saúde de Carregal do Sal, cargo que exerceu até 5 de Junho de 2005. Foi representante do Centro de Saúde de Carregal do Sal na estrutura concelhia do rendimento social de inserção. Pertenceu igualmente à comissão de protecção de acompanhamento de jovens em risco deste concelho e ao conselho municipal de educação.

Por inerência de funções, foi também membro da direcção da Fundação José Nunes Martins, de Oliveira do Conde, tendo sido designado, pelo respectivo presidente, seu substituto legal.

Em 6 de Junho de 2005 foi nomeado, pelo despacho n.º 97/2005 do Ministro da Saúde, vogal do conselho de administração da Administração Regional de Saúde do Centro.

Despacho n.º 26 202/2006

1 — Nos termos e ao abrigo do disposto no n.º 4 do artigo 22.º e no n.º 2 do artigo 29.º, ambos do Decreto-Lei n.º 212/2006, de 27 de Outubro, que aprovou a Lei Orgânica do Ministério da Saúde, nos n.ºs 3 e 4 do artigo 19.º e no n.º 1 do artigo 20.º da Lei n.º 3/2004, de 15 de Janeiro, na redacção da Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, é nomeada, em comissão de serviço, para exercer as funções de vogal do conselho directivo da Administração Regional de Saúde do Alentejo, I. P., a licenciada Maria da Conceição Lopes Baptista Margalha, cujo perfil e aptidão para o desempenho do cargo são evidenciados na sinopse curricular que se anexa ao presente despacho, dele fazendo parte integrante.

2 — Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 31.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Agosto, na redacção da Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto,

a nomeada é autorizada a optar pelo vencimento que auferir no lugar de origem, correspondente à categoria de chefe de serviço da carreira médica de medicina geral e familiar, posicionada no escalão 2, índice 185.

3 — O presente despacho produz efeitos a partir de 6 de Novembro de 2006.

30 de Novembro de 2006. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*. — O Ministro da Saúde, *António Fernando Correia de Campos*.

Sinopse curricular

Maria da Conceição Lopes Baptista Margalha, nascida em 25 de Agosto de 1958, natural e residente em Beja, casada.

Habilitações académicas:

Licenciada em Medicina pela Faculdade de Medicina de Lisboa em 19 de Outubro de 1982;

Pós-graduação em Gestão de Serviços de Saúde da Escola de Gestão/ISCTE/INDEG, concluída no dia 30 de Outubro de 2000;

Competência em gestão de serviços de saúde pela Ordem dos Médicos desde Junho de 2003.

Formação complementar:

Curso de gestão de unidades de saúde da Escola de Pós-Graduação da Faculdade de Ciências Económicas e Empresariais da Universidade Católica Portuguesa, concluído em 7 de Junho de 1997.

Participação em diversas acções de formação profissional, congressos e seminários na área clínica, da epidemiologia, da gestão, da avaliação da qualidade em cuidados de saúde primários, da organização e planeamento dos serviços de saúde e do estatuto da função pública, nomeadamente Estatuto Disciplinar da Função Pública no Âmbito da Saúde, Lançamento e Gestão de Parcerias Público Privadas, Gestão Integrada de Recursos Públicos, Eficiência e Produtividade na Administração Pública Central e Autárquica.

Experiência profissional:

Ingressou na carreira médica de clínica geral em 1 de Janeiro de 1986, provida na categoria de chefe de serviço da carreira médica de clínica geral desde 29 de Abril de 2002, actualmente no quadro do Centro de Saúde de Beja;

Tem desempenhado funções de médica de família com lista de utentes em extensões rurais e na sede do Centro de Saúde de Beja;

Exerceu funções de coordenadora do serviço de tuberculose e doenças respiratórias de Beja no período de Outubro de 1992 a Fevereiro de 1997;

Exerceu funções de directora do Centro de Saúde de Beja de Julho de 1996 a Dezembro de 1999;

Exerceu funções de coordenadora da Sub-região de Saúde de Beja no período de 1 de Janeiro de 2000 a 30 de Agosto de 2002;

Exerce funções de directora do Centro de Saúde de Beja desde 1 de Setembro de 2002 até à presente data;

Participou na elaboração do projecto da Unidade de Saúde de Beja, em 1994;

Integrou o grupo de avaliação dos RRE da Direcção-Geral da Saúde, no ano de 2004;

Integra a equipa de apoio regional do Alentejo — missão para os cuidados de saúde primários;

Vogal do conselho de administração da Administração Regional de Saúde do Alentejo, desde Janeiro de 2006.

Outras actividades:

Leccionou a cadeira de Saúde Infantil no curso de educadores de infância da Escola Superior de Educação de Beja, nos anos de 1988 a 1992;

Prelectora em várias acções de formação na área da clínica geral, no âmbito da tuberculose e da organização de serviços de saúde;

Membro efectivo de júris de exames de avaliação final do internato complementar de clínica geral.

Membro efectivo de vários júris de concurso no âmbito das carreiras médicas de clínica geral;

Colabora com a Faculdade de Ciências Médicas de Lisboa como tutora de alunos do 6.º ano da licenciatura em Medicina desde o ano de 2002.

Despacho n.º 26 203/2006

1 — Nos termos e ao abrigo do disposto no n.º 4 do artigo 22.º e no n.º 2 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 212/2006, de 27 de Outubro, que aprovou a Lei Orgânica do Ministério da Saúde, e nos n.ºs 3 e 4 do artigo 19.º e no n.º 1 do artigo 20.º da Lei n.º 3/2004, de 15 de Janeiro, na redacção da Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, é nomeada, em comissão de serviço, para exercer as funções de pre-

sidente do conselho directivo da Administração Regional de Saúde do Alentejo, I. P., a licenciada Rosa Augusta Valente de Matos Zorrinho, cujo perfil e aptidão para o desempenho do cargo são evidenciados na sinopse curricular que se anexa ao presente despacho, dele fazendo parte integrante.

2 — O presente despacho produz efeitos a partir de 6 de Novembro de 2006.

30 de Novembro de 2006. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*. — O Ministro da Saúde, *António Fernando Correia de Campos*.

Sinopse curricular

Rosa Augusta Valente de Matos Zorrinho, casada, nascida em 25 de Janeiro de 1962, natural de Avança, Estarreja, e residente em Évora.

Habilitações académicas e formação profissional complementar:

Curso complementar dos liceus — Liceu Nacional de Ovar (1979);
Licenciatura em Sociologia — Universidade de Évora (1988);
Curso de pós-graduação em Administração Hospitalar — Escola Nacional de Saúde Pública (1990);
Especialização em Planeamento e Gestão Urbanística (1986);
Curso de Gestão de Recursos Humanos na Saúde (1988);
Curso de auditores de defesa nacional — Instituto de Defesa Nacional (2002-2003).

Actividade profissional:

Administradora do Hospital do Espírito Santo — Évora, responsável pela gestão dos recursos humanos (1990-1996);

Vogal da Administração Regional de Saúde do Alentejo, com responsabilidades delegadas no domínio dos recursos humanos, planeamento e gestão financeira (1996-2002);

Coordenadora do grupo de trabalho para a implementação da telemedicina na região do Alentejo;

Representante da Administração Regional de Saúde do Alentejo no grupo de trabalho para a elaboração da estratégia nacional de saúde e coordenadora do processo de implementação ao nível regional (1996-1999);

Administradora do Hospital do Espírito Santo — Évora (2002-2005), com responsabilidade nas áreas de meios complementares de diagnóstico e terapêutica, materno-infantil e serviços hoteleiros;

Presidente da Administração Regional de Saúde do Alentejo (desde 2005).

Outras actividades no âmbito da saúde:

Coordenadora da comissão organizadora das comemorações do V Centenário do Hospital do Espírito Santo — Évora (1995);

Sócia fundadora e primeira presidente da Liga dos Amigos do Hospital do Espírito Santo.

Despacho n.º 26 204/2006

1 — Nos termos e ao abrigo do disposto no n.º 4 do artigo 22.º e no n.º 2 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 212/2006, de 27 de Outubro, que aprovou a Lei Orgânica do Ministério da Saúde, nos n.ºs 3 e 4 do artigo 19.º e no n.º 1 do artigo 20.º da Lei n.º 3/2004, de 15 de Janeiro, na redacção da Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, é nomeada, em comissão de serviço, para exercer as funções de vogal do conselho directivo da Administração Regional de Saúde do Algarve, I. P., a licenciada Maria Valentina Cavaco Pereira Tavares de Sousa, cujo perfil e aptidão para o desempenho do cargo são evidenciados na sinopse curricular que se anexa ao presente despacho, dele fazendo parte integrante.

2 — Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 31.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Agosto, na redacção da Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, a nomeada é autorizada a optar pelo vencimento que auferir no lugar de origem, correspondente à categoria de chefe de serviço da carreira médica de saúde pública.

3 — O presente despacho produz efeitos a partir de 6 de Novembro de 2006.

30 de Novembro de 2006. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*. — O Ministro da Saúde, *António Fernando Correia de Campos*.

Sinopse curricular

Maria Valentina Cavaco Pereira Tavares de Sousa, nascida em 8 de Abril de 1947, em Salir, Loulé, com nacionalidade portuguesa, filha de António Guerreiro Pereira e de Maria Cavaco.

Licenciada em Medicina em 27 de Julho de 1972, pela Universidade de Coimbra.

Subdelegada de saúde do quadro dos serviços locais da Direcção-Geral da Saúde de Abril de 1976 a Dezembro de 1984.

De 1976 a 1992 foi responsável pela coordenação da extensão de Quarteira do Centro de Saúde de Loulé e coordenadora de todas as actividades de saúde pública aí desenvolvidas, nomeadamente saúde infantil, saúde materna e planeamento familiar, saúde escolar, educação para a saúde e saúde ambiental.

Delegada de saúde desde 1984.

Chefe de serviço de saúde pública desde Outubro de 1998.

Autoridade de saúde do concelho de Loulé, de 1992 a 2002.

Implementou e coordenou o programa concelhio (Loulé) de prevenção das legioneloses em estabelecimentos de alojamento colectivo desde os surtos de 1982 nos hotéis do concelho (Quarteira).

Coordenadora do núcleo de educação para a saúde no concelho de Loulé desde 1985 e do núcleo distrital desde Agosto de 1992.

Representante da Sub-Região de Saúde de Faro na comissão consultiva nacional do projecto ESFA, por convite do presidente do Conselho de Prevenção de Tabagismo, em 20 de Outubro de 1994.

Responsável pelo serviço de planeamento do Centro de Saúde de Loulé desde Agosto de 1987, associado ao Núcleo de Formação em 1996.

Coordenadora do Serviço de Prevenção e Apoio aos Toxicodependentes (SPAT-Algarve), de Janeiro de 1987 a 1992.

Coordenadora do núcleo distrital do Projecto Vida de Junho de 1988 a Fevereiro de 1993.

Chefia a equipa distrital de luta anti-insectos desde Junho de 1996.

Orientadora de médicos internos da especialidade de saúde pública desde 1995.

Delegada regional de saúde e coordenadora do Centro Regional de Saúde Pública do Algarve desde 2002.

Vogal do conselho de administração da Administração Regional de Saúde do Algarve desde 9 de Maio de 2005.

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

Comando-Geral da Guarda Nacional Republicana

Brigada Territorial n.º 5

Despacho n.º 26 205/2006

Ao abrigo do disposto nos artigos 35.º a 41.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, e no artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, nos termos dos n.ºs 11 e 11.3 do despacho n.º 21/2006, de 6 de Abril, do tenente-general comandante-geral, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 92, de 12 de Maio de 2006, subdelego no comandante interino do Grupo Territorial da Guarda, major de infantaria António Manuel Pereira Almeida, as competências relativas aos seguintes actos de realização de despesas:

1 — Autorizar as despesas que hajam de efectuar-se com empreitadas de obras públicas, aquisição de serviços e bens, até ao limite de € 5000, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho.

2 — Aprovar as minutas de contrato relativas à aquisição de serviços e de bens até ao montante da sua competência delegada, representando o Estado na outorga desses contratos e nomear, para o efeito, o oficial público.

3 — Autorizar deslocações em serviço que decorram em território nacional, bem como o processamento dos correspondentes abonos ou despesas com a aquisição de bilhetes ou títulos de transporte e de ajudas de custo, antecipadas ou não, e os reembolsos que forem devidos nos termos legais do Decreto-Lei n.º 201/81, de 10 de Julho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 401/85, de 11 de Outubro.

4 — Autorizar o abono a dinheiro da alimentação por conta do Estado ao pessoal militar e civil que a ela tiver direito, quando não for possível, por razões operacionais, o fornecimento de alimentação em espécie ou as condições de saúde, devidamente comprovadas, aconselhem tratamento dietético especial, nos termos do n.º 2 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 271/77, de 2 de Julho.

5 — Analisar, instruir e decidir todos os requerimentos, reclamações e outras situações de contencioso administrativo relacionadas com as competências ora delegadas.

6 — A subdelegação de competências a que se refere este despacho entende-se sem prejuízo de poderes de avocação e superintendência.

7 — O presente despacho produz efeitos desde 30 de Outubro de 2006.